



VOL.7 | N. 14 | JUL/DEZ DE 2021 | ISSN 2359-4489

DIPLOMACIA PATRIMONIAL:
O PATRIMÔNIO CULTURAL
COMO MEDIADOR DAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Escravidão e Diplomacia: O Cais do Valongo contra o mito da democracia racial no Brasil

*Slavery and Diplomacy: The “Cais do Valongo”
Against the myth of racial democracy in Brazil*

*Esclavitud y Diplomacia: El “Cais do Valongo”
contra el mito de la democracia racial en Brasil*

Geison Siqueira Tavares da Cruz¹
Cândida Zigoni de Oliveira Landeiro²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar em caráter introdutório os desdobramentos sobre a relação entre patrimônio cultural, diplomacia e cidade. Utiliza-se como recorte investigativo a região do Cais do Valongo no Rio de Janeiro/RJ. Através de uma revisão historiográfica o trabalho pretende demonstrar a importância que a escravidão sempre possuiu nas relações diplomáticas brasileiras, bem como na construção identitária nacional. Apresenta também como uma visão apaziguadora da violência do período escravista influenciou na percepção de uma democracia racial no país, tanto interna como externamente. Por fim, aponta como membros da sociedade civil e científica, muitas vezes fora da esfera pública, lutam pelo não apagamento da memória e resistência dos negros no Brasil.

Palavras-chave: Escravidão, Diplomacia, Cais do Valongo.

Abstract: This article aims to present, in an introductory way, the developments on the relationship between cultural heritage, diplomacy and the city. The Cais do Valongo is presented as an investigative cutout in the city of Rio de Janeiro. Through a historiographical review, the work intends to demonstrate the importance that slavery has always had in Brazilian diplomatic relations, as well as in the construction of national identity. It also presents how a appeaser vision of the violence on the slave period influenced the perception of a racial democracy in the country, in an internally and a foreign view. Finally, it points out how members of civil and scientific society, often outside the public sphere, fight for the non-erasure of the memory and resistance of black population in Brazil.

Keywords: Slavery, Diplomacy, Cais do Valongo.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar, de manera introductoria, los desarrollos sobre la relación entre patrimonio cultural, diplomacia y ciudad. Se utiliza como recorte de investigación en la región de Cais do Valongo en Rio de Janeiro / RJ. Mediante una revisión historiográfica, el trabajo pretende demostrar la importancia que siempre ha tenido la esclavitud en las relaciones diplomáticas brasileñas, así como en la construcción de la identidad nacional. También presenta cómo una visión mitigada de la violencia del período

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente na Universidade Iguazu (UI). E-mail: geisonsiqueira0@gmail.com

² Arquiteta e Urbanista. Mestranda em Arquitetura na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: candida.landeiro@fau.ufrj.br

esclavista influyó en la percepción de una democracia racial en el país, tanto interna como externamente. Finalmente, señala cómo miembros de la sociedad civil y científica, muchas veces fuera de la esfera pública, luchan contra la ocultación de la memoria y la resistencia de los negros en Brasil.

Palabras clave: Esclavitud, Diplomacia, Cais do Valongo.

O Cais do Valongo no Rio de Janeiro foi o principal porto de chegada dos navios negreiros no Brasil. Entre os milhões de escravos capturados e mandados para América, pelo menos um milhão chegou ao continente passando pelo seu desembarcadouro de madeira.³ A mesma cidade também foi, e continua sendo, o local de desembarque da maior parte dos estrangeiros que chegam ao país, sendo o principal cartão postal e o destino mais famoso do Brasil.

O presente artigo pretende discutir a complexa relação entre diplomacia, patrimônio cultural e a memória da escravidão na cidade do Rio de Janeiro, local importantíssimo para a construção de uma identidade brasileira na esfera internacional, de um povo alegre, festeiro e pacificamente miscigenado. Com tantos elementos, o trabalho não irá se debruçar por igual em todos os conceitos listados acima, tendo escolhido a representatividade do Cais do Valongo como foco principal e globalizante, em um primeiro momento como local chave para a escravidão e posteriormente como patrimônio e memória das questões raciais no Brasil. A contribuição é de caráter introdutório, todavia, esperamos em futuros trabalhos debruçarmos mais especificamente em conceitos que cercam a temática memória da cidade e história.

Como ponto de partida, o trabalho apresentará um breve histórico das relações diplomáticas brasileiras e como a escravidão teve um papel central tanto no imaginário europeu sobre o país como nos tratados e conflitos com a maior potência do século XIX, a Inglaterra.

Após tal contexto histórico e historiográfico o artigo tem como enfoque o Cais do Valongo em si. Através das escavações durante o projeto Porto Maravilha na cidade do Rio de Janeiro foi possível desvendar o histórico dessa região denominada “Pequena África”. O artigo pretende exaltar a importância dada a esse local por membros da sociedade civil e científica, e também discutir a relevância do patrimônio cultural voltado para a memória da escravidão. Tal discussão auxilia na relativização do mito da democracia racial, assim como

³ CAIS DO VALONGO (RJ). Iphan, 2021. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>. Acesso em: 18 de mai. 2021

na criação de outra imagem internacional e interna do país, que não apazigue os horrores provocados pelo tráfico negreiro durante todo o século XIX e suas consequências para o Brasil até hoje.

Diplomacia brasileira durante o período da escravidão

A escravidão foi um dos temas centrais nas relações diplomáticas travadas pelo Império brasileiro durante quase todo o século XIX. As marcas e influências do tráfico negreiro não ajudam a definir apenas a sociedade brasileira, mas de algum modo sempre pautaram a imagem que o Estado brasileiro apresenta perante o mundo, de forma acidental ou não.

Entre todas as relações diplomáticas brasileiras no período, nenhuma foi tão intimamente ligada ao assunto escravidão como a relação com a maior potência da época, a poderosa Inglaterra. A historiografia brasileira é rica em trabalhos que envolvem a relação do tráfico com a diplomacia como por exemplo as obras de Beatriz Mamigonian, Sidney Chalhoub, Jaime Rodrigues e Tâmis Parron.⁴ A relação conflitante com a coroa inglesa em relação a escravidão é mais antiga que a própria diplomacia oficial do Estado brasileiro, visto que desde a época de colônia portuguesa o assunto já era tratado.

A dependência econômica, as dívidas com os bancos ingleses e a contrariedade britânica com a escravidão brasileira a partir da década de 1830 forjaram a identidade política brasileira e a maneira que sua diplomacia tratava tais assuntos. As relações políticas e econômicas do Brasil e Inglaterra em meados do século XIX não eram de maneira alguma equilibradas. A força militar britânica com sua poderosa esquadra era incomparável a qualquer outro país. O Brasil, por sua vez, ainda possuía um poder bélico bastante reduzido. A relação econômica era tão ou mais desigual. Os tratados comerciais celebrados por portugueses e ingleses desde a restauração de Portugal após a União Ibérica serviram como porta de entrada de mais de dois séculos de uma balança comercial favorável a Inglaterra, que refletiram diretamente na relação brasileira com o governo britânico.

⁴ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; MAMIONIAM, Beatriz G. O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da Lei de 1831. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Orgs.). *Direito e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006; PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil – 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio: propostas e experiência no final do tráfico de africanos para o Brasil – 1800-1850*. Campinas: editora da Unicamp, 2000.

Baseando-se nas relações nos campos diplomáticos e comerciais, Alan Manchester procura explicar a proeminência inglesa nos negócios da antiga colônia portuguesa. Em seu texto,⁵ o autor afirma que a antiga dependência econômica do império português foi “herdada” pelo novo país independente, assim como certa hostilidade contra os súditos da rainha Vitória.

O sucesso comercial dos ingleses no Brasil não se repetia na questão do tráfico negreiro. Segundo Manchester, era tão impossível para Dom Pedro acabar com o tráfico que ele foi obrigado, em novembro de 1822, a recusar a oferta direta da Inglaterra de reconhecimento da independência se o país abolisse o comércio de escravos com a África.

Houve diversos tratados na década de 1830 entre os dois países sobre o fim do tráfico negreiro. A prática, no entanto, era bem diferente do acordado. Ao invés da diminuição, houve um crescimento no número de escravos que chegavam aos portos brasileiros com médias anuais de mais de 50 mil escravos entre os anos de 1846 e 1849.⁶ As décadas de trinta e quarenta foram extremamente lucrativas para os traficantes, que tinham no Brasil, um país essencialmente agrícola, compradores fiéis e numerosos.

A aquiescência do governo brasileiro aos interesses britânicos era inevitável, mas ações ativas contra o tráfico negreiro seriam mal vistas por uma parcela grande da elite brasileira, intimamente ligada com a agricultura e o comércio escravista. Portanto, essa grande parcela da sociedade brasileira simplesmente ignorou a proibição do tráfico negreiro que o acordo com a Inglaterra tornou lei em 1830.

O predomínio inglês conseguiu tirar do governo brasileiro algumas promessas de diminuição do tráfico. Em 1845, a paciência inglesa chegava ao fim. O *Aberdeen Act* promulgado em 8 de agosto possibilitava que navios com bandeira brasileira fossem interceptados pela esquadra inglesa em busca de tráfico de escravos. Com essa medida a Inglaterra desejava, segundo Lord Russell, “dar sozinha, e pelos seus próprios meios, os passos que ela achasse mais adequados para levar ao maior e mais completo êxito”.⁷

O *Bill Aberdeen* conseguiu inflamar os jornais da corte. Mesmo a oposição liberal criticou ferozmente o ataque a soberania nacional. Limpo de Abreu, político liberal afirmou que “impossível é deixar de reconhecer esse abuso injustificável da força que ameaça os

⁵ MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973

⁶ BETHELL, L. *The abolition of the Brazilian slave trade*. Britain, Brazil and the slave trade question 1807-1869. Cambridge: Cambridge University Press. 1970

⁷ GRAHAM, Richard. Os fundamentos da ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 1863: “A Questão Christie”. *Revista da USP*, n. 62, 1962.

direitos e regalias de todas as nações livres e independentes”. O texto do Visconde de Abaeté foi publicado em todos os jornais da Corte que quase unanimemente procuravam ressaltar a ilegitimidade da ação inglesa através de argumentos jurídicos. Abaeté afirmava que:

[...] e sendo um dos artigos explicativos também adoptados e renovados pela dita Convenção de 1826 o artigo separado de 11 de setembro do mesmo anno, conforme o qual aquellas medidas devião cessar depois de 15 annos contados desde o dia que o tráfico de escravos fosse totalmente abolido [...].⁸

Com a publicação, os impressos queriam provar que se extinguia com o fim do tratado com a Inglaterra o compromisso do Estado brasileiro de permitir a “visita” em navios suspeitos de tráfico e o direito dos navios ingleses de aprisionarem traficantes em águas brasileiras, não existindo base legal para a promulgação da lei.

Uma das bases do governo saquarema, soberano no poder no momento da promulgação do ato, eram os grandes proprietários de terras que usavam primordialmente o trabalho escravo. Com o fim dos prazos dos tratados entre Brasil e Inglaterra, os saquaremas, bastante estáveis no poder, resolveram resistir de forma clara aos desejos britânicos de fim do tráfico. As esperanças da defesa dos interesses brasileiros por um outro país europeu foram logo perdidas quando tanto a França quanto Portugal apoiaram, inclusive militarmente, os interesses da Inglaterra.

Curiosamente, o *Aberdeen Act* foi uma estrondosa derrota de política externa, mas também uma vitória dos saquaremas na política interna. Se desde 1842 os liberais estavam bem enfraquecidos, a ação unilateral inglesa quase silenciou qualquer voz favorável a assinatura de novos tratados com a Inglaterra.⁹ Subitamente, também pela pressão do governo e da imprensa, ser a favor ou contra ao tráfico não era mais um ponto na pauta. A discussão importante era a afronta que a Inglaterra cometia ao ignorar os “direitos de um povo”.

José Murilo de Carvalho, em *d. Pedro II*, narra o referido contexto, em paralelo à vontade do Imperador de abolir a escravidão e a percepção de que a abolição seria um ato de despotismo: “A situação era esdrúxula [...] A se dar crédito às posições dos críticos, inclusive republicanos, o abolicionismo era o despotismo, o escravismo era a democracia”.¹⁰

Em uma bizarra linha de raciocínio, a escravidão brasileira tornou-se um ponto de orgulho nacional. Mesmo aqueles que criticavam a prática como desumana e atrasada tiveram

⁸ ABAETÉ, Visconde (Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil). Protesto contra o acto do Parlamento Britanico. *Imprensa del comercio del Plata*, 1845.

⁹ Segundo o Diarrio do Rio de Janeiro, o único deputado a aplaudir o abolicionismo inglês foi Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite.

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

suas vozes silenciadas ao temor da acusação de traição à pátria. Mariana Kalil afirma que a “leitura de discursos de Eusébio de Queirós no Parlamento, incluídos no livro de Joaquim Nabuco ‘O abolicionismo’, aponta para a existência de um patriotismo reativo e em favor da escravidão no Brasil”.¹¹

A pressão política internacional foi um fator para o fim do tráfico e posteriormente para o fim da escravidão. Claro que a abolição foi alcançada apenas com o esforço dos grupos abolicionistas, que em suas fileiras contavam com nomes como Luiz Gama, André Rebouças e José do Patrocínio, mas entre suas táticas de convencimento, uma bastante potente era mostrar como a escravidão manchava a honra da nação perante outros países do mundo. A relevância da pressão externa para a abolição foi confirmada até pela família real em uma “Fala do trono” perante a Câmara dos Deputados em 1888.

Ainda em 1863, com o fim da escravidão nos Estados Unidos, o Brasil tornou-se o único grande Estado exportador que utilizava a mão de obra escrava. Havia ainda a pressão cultural francesa, nação que era o exemplo de civilidade para a elite brasileira. Grupos abolicionistas de Paris chegaram inclusive a escrever para o Imperador e para jornais da corte afirmando que a escravidão não era condizente com o estilo de vida a qual a sociedade brasileira almejava.¹²

A escravidão, ao mesmo tempo que essencial para a economia brasileira, era um incômodo social para a visão do Brasil como um país civilizado aos moldes europeus. Até mesmo a dinâmica da cidade do Rio de Janeiro no séc. XIX mostrava uma relação conflituosa da escravidão como elemento da identidade nacional. Apesar de ser a maior porta de entrada dos escravos traficados da África, o desembarque dos navios negreiros acontecia de maneira velada como descrito abaixo:

[...] a transferência do mercado de escravos, que funcionava à Rua Direita, a principal da cidade então, para um local periférico, na região do Valongo. O desfile de negros seminus, esqualidos e pestilentos no centro político, econômico, administrativo e religioso da cidade, que tinha como epicentro o Paço dos Vice-Reis, por certo trazia constrangimento e medo às elites, receosas de serem contaminadas com suas doenças. Por conta disso, era preciso remanejá-los para bem longe, para um local de menor exposição e visibilidade, onde não constituíssem uma ameaça nem provocassem tanto desconforto¹³.

¹¹ KALIL, Mariana Alves da Cunha. *O fim da escravidão africana na historiografia brasileira: pressão externa, valores e poder brasileiros no Segundo Reinado*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Brasília: Universidade de Brasília – UnB, 2012.

¹² KALIL, op. cit.

¹³ ANDRADE LIMA, Tania; MALERBA SENE, Glaucia; TORRES DE SOUZA, Marcos André. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*, v. 24, n. 1, 2016.

Mito da “democracia racial”

A diplomacia brasileira, principalmente após o período do Barão do Rio Branco como ministro das relações exteriores no começo do século XX, possui com poucos momentos de exceção, uma clara preferência pela não intervenção em problemas bélicos internacionais. A ideia de um país pacificador e pouco afeito a conflitos armados tornou-se ponto primordial para as relações internacionais brasileiras. Como escreve Celso Lafer:

as características de sua inserção no mundo, da sua identidade internacional, do valor que atribui à paz, da sua escala continental e do histórico da sua distância dos polos mais graves das tensões globais, está ao alcance da sua política externa mesclar, à luz das conjunturas e das constelações diplomáticas, a política do entendimento e a política da razão, como prevê o art. 4º da Constituição¹⁴.

O histórico da escravidão e da violência urbana obviamente não combinam com tal imagem internacional. A “política da razão” não foi posta em prática após a abolição da escravidão, com um sistema republicano excludente e nenhum programa estatal para melhorar a vida daqueles que deixaram de ser escravos, mas que continuaram a margem da sociedade. O Brasil projetou sua sociedade imaginada e evoluída a partir de uma perspectiva eurocêntrica, sem modificações sociais e excluindo a população não-branca.¹⁵

Se na prática não houve grandes projetos estatais para a inserção do negro no mercado de trabalho e muito menos para o pagamento de indenização para uma parcela da sociedade que havia sido jurídica e socialmente explorada, o projeto de construção de uma identidade nacional mestiça já estava bastante concretizado desde o século XIX. O romantismo literário apresentou um aspecto legitimador de uma mestiçagem que transforma o brasileiro em um povo único e especial. Obviamente para que tal identidade nacional funcione, de forma acidental ou não, deve-se ignorar a violência que antecedeu essa miscigenação, esvaziando e apaziguando a escravidão indígena e africana. Dessa maneira, um dos mitos fundadores de nossa nação estava pronta, a democracia racial.

[...] erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência. [...] A existência dessa pretendida igualdade racial constitui o 'maior motivo de orgulho nacional' [...]¹⁶.

¹⁴ LAFER, Celso. *Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação*. Brasília: FUNAG, 2018.

¹⁵ QUIJANO, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais- perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

¹⁶ NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

As raízes históricas do mito da democracia racial remontam ao século XIX impulsionadas pela literatura produzida pelos viajantes que visitaram o país,¹⁷ pela produção da elite intelectual e política e pelo processo de mestiçagem. Ao mesmo tempo que o discurso de eugenia tentava explicar as “ideias de inferioridade racial e definir estratégias a fim de lidar com ela, ou aperfeiçoá-la”,¹⁸ uma nova corrente buscava uma posição mais harmoniosa da miscigenação.

As marcas das culturas negras e indígenas foram apresentadas como parte da construção da cultura brasileira na linguagem, vestuário, alimentação e outros inúmeros segmentos. Não há, em linhas gerais, dúvidas sobre a contribuição de povos diferentes para a construção da identidade brasileira contemporânea. Os elementos culturais mais intimamente relacionados com a escravidão e com a violência dela derivada, no entanto, são mais sensíveis e menos numerosos como constituintes do patrimônio nacional.

Patrimônio Cultural e Cidade: o Cais do Valongo

O conceito de patrimônio cultural pode ser sintetizado pelo conjunto dos saberes, fazeres e expressões de um povo, é tudo aquilo que remete à história, à memória e à identidade desse povo.¹⁹ Embora os patrimônios culturais oficiais sejam estabelecidos pelo Estado, é possível haver identificação de uma comunidade com um patrimônio cultural sem que ele seja burocraticamente reconhecido.

O patrimônio foi entendido então, como ferramenta social formadora e informadora de uma pretensa ‘memória coletiva’, que incorpora a idéia de estabilidade, de permanência e de reconhecimento de determinados grupos que acabam selecionando o que para eles é representativo²⁰.

A cidade é lida como palco das dinâmicas sociais, porém, nesse artigo entende-se também o seu papel ativo que permeia e influencia as relações dos indivíduos. A cidade é

¹⁷ “Os três viajantes, quatro se contarmos Elizabeth Agassiz, enxergavam a mestiçagem como uma singularidade do Brasil e identificavam a mesma como resultado de uma pretensa democracia racial, que, ao invés de coibir, incentivava as mesclas. Para os viajantes, era impossível falar da população do Brasil sem referir-se a esta característica que estava intrínseca à sua história” - GIAROLA, Flavio. Narrativas sobre um território mestiço: a mestiçagem brasileira na ótica de três estrangeiros no século XIX (Saint-Hilaire, Louis Agassiz e Louis Couty). *Revista Crítica Histórica*, v. 10, p. 198-220, 2019.

¹⁸ DÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil. 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

¹⁹ ALAGOAS, Secretaria de Estado da Cultural. *Patrimônio Cultural: O Que É?* Maceió: SECP, 2021. Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-aco/es/patrimonio-cultural/principal/textos/patrimonio-cultural-o-que-e> Acesso em: 11 de mai. 2021.

²⁰ KOJIO, Nadia, et al. Um discurso que se refaz: apagamentos da memória e política de preservação patrimonial na cidade de São José dos Campos (SP). *REDES – Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul*, v. 17, n. 2. 2012.

meio e sujeito, apresenta no físico a sua concretude assim como está presente no virtual, na memória da sociedade. Halbwachs afirma: “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial.”²¹

Portanto, com o objetivo de apresentar os desdobramentos sobre a relação entre o patrimônio, memória e cidade, utiliza-se como recorte investigativo a região do Cais do Valongo no Rio de Janeiro/RJ. Esse espaço de memória da escravidão no Brasil foi revelado em 2011 durante as obras do projeto Porto Maravilha, em 2012 a prefeitura do Rio de Janeiro com a influência das Organizações dos Movimentos Negros o transformou em monumento preservado e aberto à visitação pública, assim o Cais passou a integrar o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana. No ano de 2017 foi finalmente anexado à Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).²²

A história da escravidão no Brasil é ainda apresentada de maneira deslocada às relações sociais presentes na vida contemporânea, onde por meio de uma justificativa falaciosa²³ de miscigenação, parte da população se faz acreditar na ausência de racismo no Brasil. Portanto, a preservação de espaços de memória como o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo se mostra como importante ferramenta de educação. Assim afirma Fátima Araripe “[...] o conhecimento e o reconhecimento do que ‘esconde’ a cidade é por demais significativo como fonte de (in)formação no processo educacional e a construção de um ‘indivíduo cidadão’”²⁴

[...] a questão da memória se torna pertinente, uma vez que esta, unindo de forma dialética o passado, o presente e o futuro, pode servir para estabelecer formas de vida sem ruptura brutal, respeitando um presente que encontra sua fundamentação no passado. Esse objetivo vale, especialmente, para o estudo do modo como os indivíduos e os grupos se situam dentro de seus espaços de vida e como se ligam a eles - aqui na cidade²⁵.

O Cais do Valongo é um espaço que apresenta diversas temporalidades, as quais são visíveis nas camadas da escavação arqueológica, que pode ser um elemento importante na defesa do patrimônio e memória afro-brasileira. Como afirma Rodrigo Pereira: “a arqueologia

²¹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 1990.

²² CAIS DO VALONGO (RJ). Iphan, 2021. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>. Acesso em: 18 de mai. 2021

²³ ARCOVERDE, Letícia. Porque o mito de que não existe racismo no Brasil persiste. *Jornal Nexo*, 2020.

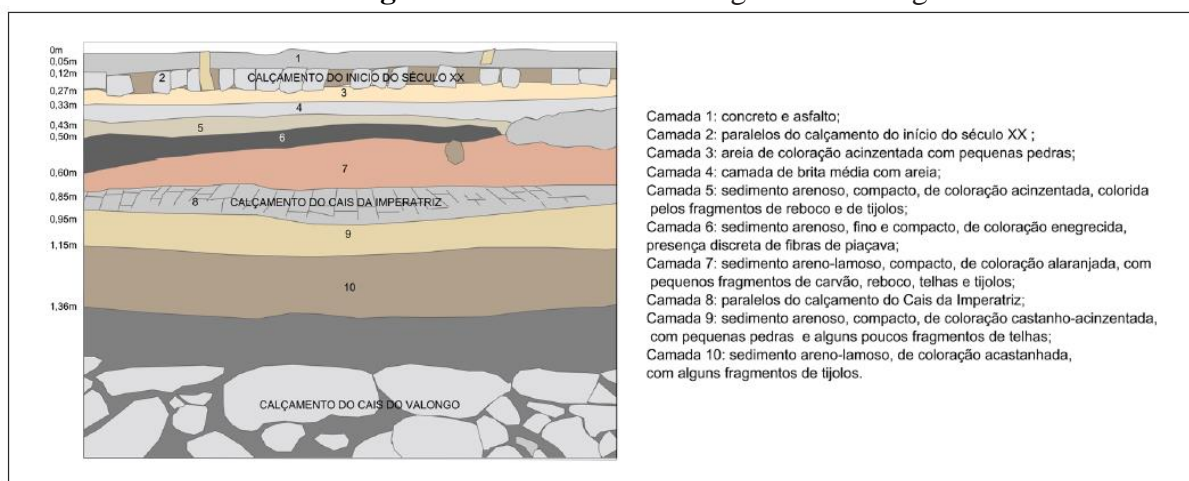
²⁴ ARARIPE, Fátima. Do patrimônio cultural e seus significados. Campinas: *Transinformação*, 2004.

²⁵ JODELET, Denise. A cidade e a memória In: DEL RIO, V., DUARTE, C., RHEINGANTZ, P. (Org.). *Projeto do Lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*, Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2002.

longe de ser a ciência do passado passa a ser uma ciência que diz sobre o passado, mas o inscreve na pauta política da atualidade [...] um agente da cidadania para a compreensão dos processos que hoje se encontram.”²⁶

A pesquisa arqueológica do Cais do Valongo constituiu uma grande oportunidade de investigação espessa em detalhes que visava a reconstituição das dinâmicas e imagens da cidade de acordo com o uso e ocupação do solo. Contudo, a sua capacidade de armazenar épocas vai além do que foi revelado após as investigações.

Figura 1: Perfil do solo da região do Valongo.



Fonte: ANDRADE LIMA, Tania; MALERBA SENE, Glaucia; TORRES DE SOUZA, Marcos André. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*, v. 24, n. 1. 2016.

O Cais como imagem de uma memória coletiva é também potente em suas possibilidades de ressignificações ao longo do tempo. Em outras palavras: o contato entre o indivíduo e o espaço pode representar a consciência e a resiliência de um povo marginalizado na história do país, o que sugere um potencial transformador nas relações sociais.

Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém consigo passa ao primeiro plano da ideia que faz de si mesmo. Ela penetra todos os elementos de sua consciência, comanda e regula sua evolução [...]. O lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa²⁷.

Durante a citação acima, Halbwachs contribui para o entendimento de que a identificação com o espaço faz com que o sujeito busque consciência por meio da memória. Dessa maneira, o patrimônio cultural ocupa um forte lugar identitário para a população, uma

²⁶ PEREIRA, Rodrigo. Contribuições da arqueologia para a defesa do patrimônio e memória afro-brasileira. *Revista Arqueologia Pública*, v.11, n. 1, p. 18-34, 2017.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laís teles Benoir. São Paulo: Centauro, 1990.p.133

vez que ele afeta e é afetado por ela. Tal relação aponta para um potencial de ressignificação na relação entre patrimônio cultural e sociedade.

Ao falar sobre apropriações do patrimônio, deve-se destacar o histórico marginalizado da região do Valongo. Estar à margem indica um certo distanciamento de um ponto central, e ao observar o modelo de cidade centro-periferia do Rio de Janeiro, assim como em outras grandes cidades brasileiras, é possível perceber que o uso e ocupação dos solos marginalizados tanto geograficamente quanto pelo poder público, no que se diz respeito aos investimentos em infraestrutura urbana, são majoritariamente ocupados por uma população de baixa renda e em sua maioria negra.

A região do Cais, embora não apresente distância geográfica em relação ao Centro do Rio de Janeiro, em seu contexto de limites administrativos e percepções na escala do bairro, apresenta clara marginalização urbana²⁸. Tanto é visível tal relação que a prefeitura do Rio investiu em um projeto de requalificação urbana que visava uma certa elitização, ou melhor, um apagamento da dinâmica dos moradores da região portuária por meio de desapropriações e intervenções urbanas com objetivos turísticos.

Diplomacia, turismo e herança africana

O Brasil em geral e o Rio de Janeiro em particular são destinos turísticos bastante frequentados por estrangeiros europeus e norte-americanos. A imagem que o Brasil tem para esses turistas é complexa, mas ao mesmo tempo rasa e pautada por uma ideia de identidade nacional plural, pacífica e festiva. Uma imagem de harmonia entre raças. Apesar do medo da violência urbana, que foi propagada durante as últimas décadas pela imprensa internacional, o país continua desempenhando um papel de “paraíso tropical”.

A cidade do Rio de Janeiro, famosa em todo mundo por elementos construídos também pela cultura afro-brasileira, como o samba, carnaval e futebol, para além de uma beleza natural de uma dita “cidade maravilhosa”, é o símbolo maior da identidade brasileira internacionalmente. Entretanto, elementos primordiais para se entender algumas mazelas sociais, como o racismo, são ignorados por essa imagem superficial das “maravilhas” em detrimento de um apagamento da história da escravidão no país e na cidade do Rio de Janeiro.

²⁸ MIRANDA, Eliana. Preservação do patrimônio cultural e reabilitação urbana: o caso da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. *Revista Da Vinci*, 2007.

Os roteiros turísticos que mostram a importância da cultura negra na cidade do Rio de Janeiro, em linhas gerais, constituem atrações que reforçam a ideia de miscigenação pacificadora no Brasil. Como defende Renata Moraes.

Essa dinâmica de roteiro turístico e histórico da cidade do Rio de Janeiro não problematiza o africano, o ex-escravo e seus descendentes como sujeitos de uma história de sofrimento e resistência. Ao contrário, tratam das heranças deixadas por uma população negra que parece não ter sido forçada a viver nessa região e ressignificar sua própria cultura²⁹.

O Brasil usa a publicidade para reforçar um ideal de harmonia e de um local que não sofre de problemas encontrados em outros países como guerras étnicas, raciais e religiosas. De forma contraditória, mesmo sendo visto como um país em desenvolvimento e com óbvias desigualdades sociais, apresenta uma sociedade evoluída em seu jeito de respeitar as diferenças.

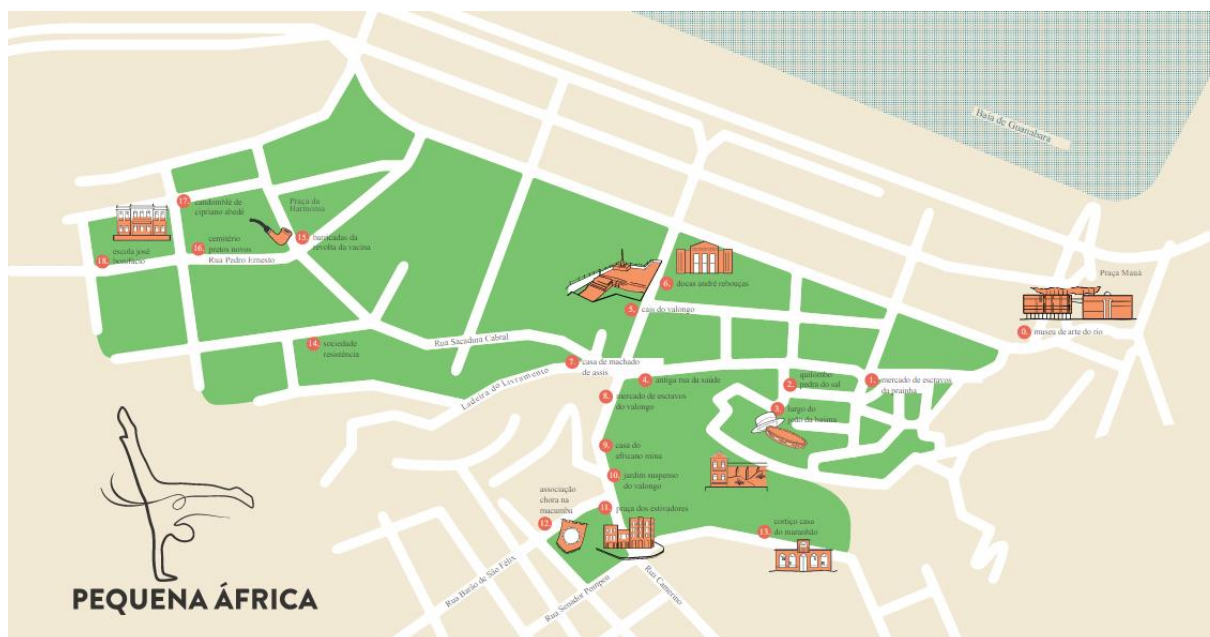
O Estado, entretanto, não possui monopólio de informações e mesmo que em momentos atuais e sombrios ele afirme a não existência do racismo e das suas consequências sociais da escravidão na cidade e no país, existem grupos da sociedade civil e científica que lutam pela herança africana e o não apagamento das mazelas da escravidão. Um exemplo de conquista em relação a memória dos negros no Brasil é o *Projeto Passados Presentes: Memória da Escravidão no Brasil*, uma iniciativa da Rede de Pesquisa Passados Presentes (LABHOI/UFF – Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense e NUMEM/UNIRIO – Núcleo de Memória e Documentação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro).³⁰

O projeto lançou um aplicativo que refaz trajetos da escravidão e do tráfico negreiro ao mesmo tempo que criou memoriais da herança africana no estado do Rio de Janeiro. Essa pesquisa contou com o apoio do Projeto Rota do Escravo, da Unesco, em 2014. O aplicativo possui quatro roteiros: o Parque das Ruínas de São Jose do Pinheiro em Pinheiral, o Quilombo São Jose em Valença, o Quilombo de Bracuí em Angra dos Reis e a “Antiga Pequena África” com ênfase no Cais do Valongo. Em comum, os quatro pontos apresentam lugares de memória sobre o horror da escravidão e a resistência negra.

²⁹ MORAES, Renata Figueiredo. A escravidão e seus locais de memória – O Rio de Janeiro e suas “maravilhas”. *ODEERE*, v. 1, 2017.

³⁰ PASSADOS PRESENTES. 2021. Disponível em: <http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php> Acesso em 15 de mai. 2021

Figura 2: Mapa com o Roteiro Pequena África



Fonte: PASSADOS PRESENTES. 2021. Disponível em: <http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php>
Acesso em 15 de mai. 2021

O Cais do Valongo é o exemplo escolhido para representar o patrimônio cultural e o seu potencial dinâmico das relações identitárias do povo negro na cidade do Rio de Janeiro, uma vez que além de ser um símbolo da violência escravista, também é parte de uma região denominada “Pequena África”, famosa por suas apropriações urbanas que celebram a cultura negra brasileira. A importância do Cais do Valongo passa por uma defesa ativa do não apagamento da escravidão no país. Como afirma Alessandra Lima “O reconhecimento de matrizes culturais não hegemônicas faz parte de um processo de reelaboração dos paradigmas de representação da nacionalidade e se articula a modificações que se realizam em instâncias diferenciadas”.³¹

Os eventos sediados na região que hoje abriga os bairros: Saúde, Gamboa e Santo Cristo, são: o Samba da Pedra do Sal, a capoeira, o candomblé, entre outros. Esses traços de cultura especializados na região do Cais do Valongo também são compreendidos como resistência. “Essa ‘herança’ que se celebra atualmente precisa ser vista mais como resistência daqueles que longe da esfera pública tentaram evitar o apagamento de uma história ao invés de uma simples preservação de uma cultura intacta e sem transformações.”³²

³¹ LIMA, A. R. *Patrimônio cultural afro-brasileiro: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012.

³² Idem.

Contudo, existe o perigo de se resumir a população negra à apenas aspectos da escravidão no Brasil. O presente artigo compreende a importância da cultura negra-africana contemporânea na construção identitária do povo brasileiro e não acredita ser contraditório celebrar aspectos da pluralidade brasileira construída com a participação dos negros e ainda afirmar a importância da memória da escravidão no país.

A relevância em preservar um patrimônio cultural como a região do Valongo é, portanto, reafirmada pelas diversas intervenções urbanas ocorridas durante o projeto do Porto Maravilha e uma dita “revitalização” da área. A teatralização de uma vivência de cidade que não serve à população, mas que incentiva apropriações gentrificadas³³ e desconexas de um contexto originário da região portuária reitera a importância da preservação do Patrimônio do Cais do Valongo nessa localidade, onde a resistência e o genocídio do povo negro no Brasil se apresenta em um local de visibilidade turística.

Referências Bibliográficas

ANDRADE LIMA, Tania; MALERBA SENE, Gláucia; TORRES DE SOUZA, Marcos André. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*, v. 24, n. 1. 2016.

ARARIPE, Fátima. Do patrimônio cultural e seus significados. Campinas: *Transinformação*, 2004.

ARCOVERDE, Letícia. Porque o mito de que não existe racismo no Brasil persiste. *Jornal Nexo*, 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/11/21/Por-que-o-mito-de-que-n%C3%A3o-existe-racismo-no-Brasil-persiste> Acesso em: 18 de mai. 2021

BETHELL, L. *The abolition of the Brazilian slave trade*. Britain, Brazil and the slave trade question 1807-1869. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil. 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

GRAHAM, Richard. Os fundamentos da ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 1863: “A Questão Christie”. *Revista da USP*, n. 62, 1962.

³³ NASCIMENTO, Bruno. Gentrificação na zona portuária do Rio de Janeiro: deslocamentos habitacionais e hiper precificação da terra urbana. *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente*, n 41, 2019.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laís teles Benoir. São Paulo: Centauro, 1990.

JODELET, Denise. A cidade e a memória In: DEL RIO, V., DUARTE, C., RHEINGANTZ, P. (Org.). *Projeto do Lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*, Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2002.

KALIL, Mariana Alves da Cunha. *O fim da escravidão africana na historiografia brasileira: pressão externa, valores e poder brasileiros no Segundo Reinado*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Brasília: Universidade de Brasília – UnB , 2012.

KOJIO, Nadia, et al., Um discurso que se refaz: apagamentos da memória e política de preservação patrimonial na cidade de São José dos Campos (SP). *REDES – Rev. Des. Regional*, v.17, n. 2. 2012.

LAFER, Celso. *Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação*. Brasília: FUNAG, 2018.

LIMA, A. R. *Patrimônio cultural afro-brasileiro: as narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012.

MAMIONIAM, Beatriz G. O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da Lei de 1831. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Orgs.). *Direito e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MIRANDA, Eliana. Preservação do patrimônio cultural e reabilitação urbana: o caso da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. *Revista Da Vinci*, 2007.

MORAES, Renata Figueiredo. A escravidão e seus locais de memória – O Rio de Janeiro e suas “maravilhas”. *ODEERE*, v. 1, 2017.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Bruno. Gentrificação na zona portuária do Rio de Janeiro: deslocamentos habitacionais e hiper precificação da terra urbana. *Caderno Prudentino de Geografia*, n. 41, 2019.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil – 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PEREIRA, Rodrigo. Contribuições da arqueologia para a defesa do patrimônio e memória afro-brasileira. *Revista Arqueologia Pública*, v.11, n. 1, p. 18-34, 2017.

QUIJANO, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais- perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio: propostas e experiência no final do tráfico de africanos para o Brasil – 1800-1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

Recebido: 14 de junho de 2021

Aprovado: 23 de agosto de 2021